

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal no Amazonas.

SUMÁRIO

1. Identificação.....	06
2. Responsabilidades institucionais.....	07
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	07
3.0 Estratégia de atuação.....	16
4.0 Desempenho Operacional.....	28
Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU – 85/2007).....	71

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no estado do Amazonas.	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União.	<p>Criação: Decreto 70.665, de 02.06.1972 e publicado no DOU 107, de 05.06.1972.</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00.394.494/0021-80	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Reg. Dep. Polícia Federal - AM 200382/200383	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência .Reg. Dep. Polícia Federal - AM 200073	
Códigos das UJ abrangidas	“Não consolida outras unidades.”	
Endereço completo da sede	Av.Domingos Jorge Velho, 40 – Cj. Dom Pedro II – Planalto , Manaus /AM – CEP 69042-470. Fone: (92) 3655 1515	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome :SR/DPF/AM	Código
	Primária	200073
	Tesouro	200382
	Funapol	200383

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº. 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório**: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal

executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) Controle de Armas: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) Controle de Precursores Químicos: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Contra o patrimônio arqueológico
2	Crimes na exploração de energia nuclear
3	Praticado contra o meio ambiente
4	Crimes falimentares
5	De representação caluniosa por improbidade administrativa
6	De responsabilidade contra o meio circulante
7	De trânsito
8	Praticado com abuso de autoridade
9	Praticado com abuso do poder econômico
10	Praticado contra a criança e adolescente
11	Praticado contra a economia popular
12	Praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	Praticado contra a ordem econômica
14	Praticado contra a ordem tributária
15	Praticado contra a propriedade industrial
16	Praticado contra a propriedade intelectual
17	Praticado contra as normas de licitações
18	Praticado contra as normas de locação
19	Praticado contra as relações de consumo
20	Praticado contra criança e adolescente
21	Praticado contra o mercado de capitais
22	Praticado contra o sigilo bancário
23	Praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	Praticado contra o sistema financeiro nacional
25	Praticado para lavagem de dinheiro
26	Praticado por organização criminosa
27	Crimes previdenciários
28	De desvio de crédito e financiamento
29	De interceptação de comunicações
30	Praticado contra a administração da justiça
31	Praticado contra o serviço de radiodifusão
32	Praticado contra os serviços de telecomunicações
33	Praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;(lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Crimes eleitorais
2	De deserção e engajamento
3	De discriminação
4	De genocídio
5	De responsabilidade
6	De tortura
7	De tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	Praticado contra a liberdade de imprensa
9	Praticado contra a organização do trabalho
10	Praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	Praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	Praticados contra os índios
13	Relacionados com arma de fogo
14	Praticado contra a reforma agrária
15	Praticado contra a biosegurança
16	Praticado contra os direitos humanos
17	De terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	Tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, *Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.*

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da

República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.1.2 Realizações e principais resultados

Atuando no maior estado da Federação, a SR Amazonas enfrenta muitas dificuldades para desempenhar as atribuições constitucionais do Departamento de Polícia Federal e as que lhe são impostas pelas circunstâncias e necessidades com que os ilícitos ocorrem atualmente. Assim, com a responsabilidade de zelar pela preservação da Amazônia, que é a menina dos olhos dos ambientalistas e do resto do mundo, esta Regional tem procurado dentro dos limites que lhe são impostos, seja na carência de recursos humanos ou seja na complicada logística policial desempenhar o seu papel, superando sempre tais obstáculos. Tanto é que no ano de 2007, foram apreendidas pela Delegacia de Repressão a Substâncias Entorpecentes DRE quase duas toneladas de cocaína pura, maconha e pasta base de cocaína e mais de uma tonelada de cocaína e pasta base na Delegacia de Tabatinga.

Na Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e ao Patrimônio Histórico – DELEMAPH houve instauração de 138 inquéritos policiais e realizadas cinco operações, ocasião em que ocorreram várias prisões e indiciamentos.

Nas áreas de fronteiras a Polícia Federal esteve presente em localidades como Vila Bitencourt, Base Anzol, Melo Franco, Cucuí, São Gabriel da Cachoeira, no garimpo de Apuí e estará a partir de 2008 com nova base em operação no município de Santo Antonio do Içá com policiais lotados na Superintendência e na Delegacia de Tabatinga em sistema de rodízio.

Vale salientar que em 2007 também foi o ano da implantação no novo passaporte brasileiro e esta Regional foi a pioneira em todo o Brasil, ao lado das Superintendências do Distrito Federal e Goiás. Não foi fácil, tendo em vista que a velocidade da Internet necessária ao pleno funcionamento era e ainda está aquém da necessária, por isso, no esforço conjunto dos servidores lotados na DELEMIG – Delegacia de Imigração, que passaram a trabalhar em sistema de turno para manter o atendimento em horário contínuo de 07 da manhã até o último cliente (por volta das 19:30) inclusive aos sábados, e a cooperação dos demais servidores que tiveram o número de seus computadores ligados a Internet reduzidos para garantir maior velocidade ao serviço do passaporte.

Foi também implantado outro serviço de grande importância, pela Delegacia de Segurança Privada – DELESP. O chamado GESP, que é a Gestão Eletrônica de Segurança Privada e que também foi prejudicado pela baixa velocidade da Internet nesta Regional, mas tem caminhado, ainda que de forma mais lenta.

Finalmente, merecem destaque a continuidade do Programa do Desarmamento, instituído pelo Ministério da Justiça desde o ano de 2004, a Operação de Prevenção e Repressão a Substâncias Entorpecentes durante o Festival de Parintins desde 2001, quando passou a ser transmitido para todo o Brasil e vários países do mundo e a Força Tarefa do INSS em parceria com a DELEPREV – Delegacia de Crimes Previdenciários, na busca constante de combate e repressão aos crimes contra a Previdência Social.

3. Estratégia de atuação

Metas da Unidade

Meta 1: Dar continuidade a política setorial de combate ao narcotráfico, estabelecida pelo DPF para a região Amazônica.

Justificativa: A situação geográfica do Estado do Amazonas, notadamente a tríplice fronteira Colômbia, Peru e Venezuela, implica em uma política própria de combate ao narcotráfico, principalmente mediante a ausência do poder público em grande parte da linha de fronteira, onde se concentram organizações criminosas voltadas ao tráfico internacional de drogas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Acompanhamento sistemático, planejamento específico e combate rigoroso ao narcotráfico e ao crime organizado naquela região.

Resultados: meta atingida. A grande quantidade de drogas apreendida principalmente na sede, nos rios e Delegacia de Tabatinga e Base Anzol.

Recursos financeiros: não estimado

Meta 2: Continuar o controle de produtos químicos utilizados na produção de entorpecentes, que são transportados pelas calhas do rio Amazonas.

Justificativa: Através da implantação de uma central de coleta de dados na SR/AM, referente aos transportes fluviais no rio Amazonas, interligando o Porto de Manaus, Tabatinga, Bases Anzol e Candiru, Portos de Belém, Letícia e Iquitos, em ação conjunta com DEA, Polícias nacionais do Peru e Colômbia. **OBS:** programa concebido para funcionar em conjunto com as atividades institucionais da Comissão Produtos Químicos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Manutenção pela SR/DPF/AM, de um banco de dados e aperfeiçoamento do Sistema de Coleta de Dados.

Resultados: meta atingida com a abordagem e apreensão de várias embarcações no decorrer de 2007 com substâncias entorpecentes.

Recursos financeiros : não estimado.

Meta 3: Manutenção do monitoramento do espectro eletromagnético, nas áreas limítrofes às zonas produtoras de cocaína.

Justificativa: Uma vez que as áreas produtoras de cocaína estão localizadas no meio da selva, os encarregados da produção e transporte da droga das organizações criminosas, se utilizam meios de comunicação via rádios transceptores HF e VHF, daí a necessidade do monitoramento do espectro eletromagnético.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Manutenção pela SR/DPF/AM do Banco de Dados e aperfeiçoamento do sistema de coleta de dados.

Resultados: meta atingida. A apreensão de grande quantidade de drogas proveniente da área em questão.

Recursos financeiros : não estimado.

Meta 4: Manutenção do controle do tráfego aéreo a partir do abastecimento das aeronaves que circulam pela Amazônia.

Justificativa: Os meios de transportes utilizados pelas organizações criminosas até as zonas produtoras de cocaína, sediadas pela Colômbia e Bolívia, limitam-se ao fluvial e aéreo, sendo que as grandes distâncias a serem percorridas, induzem obrigatoriamente ao reabastecimento de combustível.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Um controle eficaz, com base em legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Petróleo-ANP

Resultados: meta atingida Localização e destruição de pistas de pouso clandestinas.
Recursos financeiros: não estimado.

Meta 5 Realização de pelo menos duas operações nas áreas fronteiriças no Rio Javari.

Justificativa: Em algumas comunidades ribeirinhas do Amazonas, a existência de pequenas, grandes e médias plantações de maconha, que se destina ao abastecimento de algumas cidades do estado e em especial a Capital, daí a necessidade se localizar tais plantações e a responsabilidade criminal dos infratores.

Ações desenvolvidas para o atingimento: as ações previstas não se concretizaram principalmente pela carência de efetivo policial.

Resultados: meta não atingida.

Recursos financeiros: não houve.

Meta 6: Intercâmbio Policial de Experiências Operacionais na Repressão ao Narcotráfico na Amazônia – Tem por objetivo promover o intercâmbio de conhecimentos operacionais obtidos pela Polícia Nacional da Bolívia, Polícia Federal do Brasil, Polícia da Colômbia, Polícia Nacional do Equador, Polícia Nacional do Peru e Guarda Nacional da Venezuela, na repressão a organizações criminosas, que realizam o tráfico internacional de drogas nas áreas fronteiriças dos países elencados.

Justificativa: A finalidade maior do IPEORNAM está expresso no desejo de serem transmitidos conhecimentos possuídos isoladamente por cada instituição Policial e agrupá-los, visando formar uma doutrina de combate ao narcotráfico a ser empregada na América do Sul, sob a égide dos ordenamentos jurídicos que regem cada Nação, para fortalecimento das operações policiais e neutralizar ações exógenas, que tendem a militarizar o combate ao narcotráfico, transformando em atos de guerra as ações criminosas que afetam a Segurança Pública, bem como impedir que doutrinas formuladas fora do contexto da América do Sul sejam impostas aos Países do Grupo Andino.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Promoção de encontros visando troca de conhecimentos / informações.

Resultados: meta atingida . Intercâmbio de policiais dos países envolvidos, notadamente da Bolívia e Colômbia que atuaram alguns meses nesta região.

Recursos financeiros: não estimado.

Meta 7: Dar continuidade às missões de patrulhamento dos Rios Solimões e Negro, suprimindo a ausência da Polícia Federal nessa Região.

Justificativa: Com a criação da Base Anzol, o fluxo de cocaína transportada pelo rio Solimões diminuiu sensivelmente, porém, tem-se verificado que existem outras rotas para se trazer a droga até Manaus. Ademais, eventualmente, a fiscalização da Base Anzol é burlada por pessoas que transportam as drogas nas costas em trilhas nas matas até um local seguro, onde a droga é novamente embarcada e continua a viagem.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Utilização de embarcações apropriadas no patrulhamento da calha dos rios, além de pessoal qualificado ao combate ao narcotráfico

Resultados: meta atingida com aquisição de lancha de grande porte e autonomia para cobrir longas jornadas com rapidez e segurança que será utilizada no patrulhamento ostensivo.

Criação da base em Santo Antônio do Içá, calha do rio Solimões.

Recursos financeiros: R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

Meta 8: Intensificar as ações conjuntas com a Receita Federal e a Alfândega Portuária

Justificativa: ocorre a imperiosa necessidade de afinidade com tais instituições com o fito de dinamizar ações no combate às práticas de descaminho e contrabando.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Planejar encontros para troca de informações e compartilhamento de Banco de Dados entre os Órgãos interessados.

Resultados: meta atingida com maior integração entre os órgãos fiscalizadores e esta Superintendência

Recursos financeiros (custo não estimado)

Meta 9: Intensificar a repressão contra fraudes previdenciárias, consultando banco de dados existente no terminal de computador.

Justificativa: Devido ao crescente número de aposentadorias fraudulentas, muitas já em apuração na DELEPREV/SR/AM, bem como dificuldades atuais na identificação de pessoas e empresas envolvidas em fraude contra a Previdência Social.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Intensificar ações no combate aos Crimes Previdenciários

Resultados: meta atingida. Operação de grande envergadura a ser deflagrada nos primeiros dias do ano de 2008.

Recursos financeiros: (não estimado)

Meta 10: Criar Posto avançado de Fiscalização do Tráfego Internacional no Município de Coari/AM

Justificativa: Após o início da operação do Porto Petroleiro de Coari, a frequência de atracação de navios tanques estrangeiros naquele município tornou-se uma constante, tendo-se a certeza que tal movimento aumentará concomitantemente com a produção de petróleo dos campos petrolíferos de Urucu.

Ações desenvolvidas para o atingimento: nenhuma ação desenvolvida em virtude do garimpo descoberto no município de Apuí o que obrigou a criação prioritária de base naquela localidade.

Resultados: meta não atingida.

Recursos financeiros: (não houve)

Meta 11: Incremento da Fiscalização e controle de empresas de segurança

Justificativa: Presença de grande número de empresas clandestinas de segurança, operando com vigilantes despreparados, colocando em risco a segurança pública.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaborar planejamento abordando um efetivo controle e fiscalização na Capital e Interior do Estado.

Resultados: meta atingida com encerramento das atividades de pelo menos 06 empresas que estavam atuando clandestinamente.

Recursos financeiros: (valor não estimado)

Meta 12: Fiscalização de todas as agências bancárias e Pabs do Estado do Amazonas, inclusive as situadas no interior.

Justificativa: Necessidade de deslocamento de equipes de fiscalização, cobrando a adequação dos planos de segurança às exigências legais, para coibir o crescente número de roubos em agências bancárias, principalmente aquelas situadas no interior do Estado.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaborar planejamento abordando um efetivo controle e fiscalização na Capital e Interior do Estado.

Resultados: meta parcialmente atingida. Na capital, o êxito foi alcançado. No interior, alguns municípios não puderam ser alvo da fiscalização porque o hidroavião que é peça fundamental para esse tipo de operação está impossibilitado de voar.

Recursos financeiros : (custo não estimado)

Meta 13: Implantar no Aeroporto Internacional de Manaus/AM, uma equipe de 4 (quatro) policiais subordinados diretamente à DRE para atuarem especificamente na área de entorpecentes.

Justificativa: Atualmente apenas 2 (dois) policiais operam no Aeroporto Internacional de Manaus/AM, que conseguem apenas executar as tarefas inerentes ao Setor de Imigração. Com a destinação de uma equipe voltada exclusivamente para o acompanhamento de pessoas suspeitas de servirem de “mulas” do tráfico de drogas, com certeza os resultados serão positivos, considerando-se que o AIEG representa hoje o verdadeiro corredor do tráfico de drogas, a exemplo do que já ocorre nos aeroportos de Recife, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro, onde já ocorreu a implantação de tal equipe com resultados positivos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Implantação de equipe de policiais com planejamento específico para acompanhamento de passageiros suspeitos de tráfico de drogas e outros crimes, tais como: ambiental, biopirataria e etc.

Resultados: meta não atingida em virtude da carência de efetivo policial.

Meta 14: Promover cursos de formação de pilotos no serviço Público aos policiais lotados na SR/AM.

Justificativa: Para suprir as necessidades operacionais e atender as exigências da Marinha do Brasil

Ações desenvolvidas para o atingimento: Com base na legislação vigente elaborar currículo visando dotar os policiais de conhecimentos técnicos para condução de veículos náuticos.

Resultados: meta atingida, o curso foi realizado.

Recursos financeiros: (custo não estimado)

Meta 15: Criação de uma Delegacia flutuante.

Justificativa: Justifica - se a necessidade da presença da Polícia Federal de forma continuada nos rios da região, os quais são caminhos por onde ocorre a maioria dos ilícitos penais.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaboração de projeto básico e busca de recurso para processo licitatórios.

Resultados: meta não alcançada. Uma delegacia flutuante demandaria um deslocamento constante de muitos policiais de forma contínua da sede SR/AM, fragilizando as demais delegacias que já possuem o efetivo reduzido. Portanto, a solução foi a criação de mais uma base flutuante ,que é a de Santo Antonio do Içá que funciona em sistema de rodízio de policiais lotados nas demais unidades do DPF no território nacional.

Recursos financeiros: (custo não estimado)

Meta 16: Implantar posto avançado em Apuí.

Justificativa: A recente descoberta de Minas de ouro na região, visando atuar no combate crimes ambientais, lavagem de dinheiro e grilagem de terras da União.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Presença efetiva na aérea como prevenção e repressão.

Resultados: meta atingida , o posto de Apuí é uma realidade.

Recursos financeiros (custo não estimado)

Meta 17: Atender despesas com reparos de viaturas.

Justificativa: Manutenções necessárias da frota da SR/AM e descentralizadas

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF para prorrogação do contrato com empresas especializadas.

Resultados: meta atingida, o contrato foi prorrogado e a manutenção foi efetuada.

Recursos financeiros: R\$ 339.815,00 (trezentos e trinta e nove mil, oitocentos e quinze reais)

Meta 18: Manter a SR/AM e suas descentralizadas conservadas e higienizadas.

Justificativa: Necessário se faz a preservação e a conservação do patrimônio público, através de firma especializada.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF/DPF para pagamento da empresa de limpeza e conservação.

Resultados: meta atingida, recursos foram liberados.

Recursos financeiros: R\$ 1.218.479,50 (um milhão, duzentos e dezoito mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos)

Meta 19: Manter um serviço de vigilância terceirizada eficiente, das instalações da SR/DPF/AM e descentralizadas.

Justificativa: Possui a SR/AM em seu pátio vários veículos apreendidos além de um flutuante onde se ancoram várias embarcações e equipamentos náuticos de grande valor.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos para pagamento de firma especializada em vigilância

Resultados: meta atingida, liberação dos recursos efetuada.

Recursos financeiros: R\$ 802.733,59 (oitocentos e dois mil, setecentos e trinta e três reais, cinquenta e nove centavos)

Meta 20: aquisição de grupo geradores e motores de popa.

Justificativa: Dotar as embarcações com motores modernos e atender as necessidades de geração de energia nos postos/DPF do interior.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF/DPF e efetivar licitação.

Resultados: meta não atingida, não houve liberação dos recursos

Recursos financeiros: (não houve)

Meta 21: Manter a SR/DPF/AM e descentralizadas com os serviços essenciais de água, luz, telefone, correios, publicidade e etc.

Justificativa: Para as atribuições do DPF e um bom funcionamento de suas atividades meios e fim, são imprescindíveis tais itens.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF/DPF para pagamento de tais fornecedores.

Resultados: meta atingida, recursos liberados.

Recursos financeiros: R\$ 499.412,95 (quatrocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e doze reais, noventa e cinco centavos)

Meta 22: Suprir a SR/AM e descentralizadas com lubrificantes, combustíveis, suprimentos de informática e expedientes.

Justificativa: Necessário se faz a aquisição de tais itens para o fiel desempenho das atribuições do DPF.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF/DPF para pagamento de tais fornecedores.

Resultados: meta atingida, recursos foram liberados.

Recursos financeiros: R\$ 836.093,92 (oitocentos e trinta e seis mil, noventa e três reais e noventa e dois centavos).

Meta 23: Atender despesas com deslocamento de pessoal policial e administrativo necessários ao cumprimento das atribuições do órgão.

Justificativa: O Estado do Amazonas possui dimensões continentais, fator que gera longos deslocamentos com grandes despesas com diárias

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF/DPF para pagamento de diárias.

Resultados: meta atingida, recursos liberados

Recursos financeiros: R\$ 1.632.849,78 (um milhão, seiscentos e trinta e dois mil, oitocentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos).

Meta 24: Aquisição de barco com capacidade para 24 passageiros, para uso em operações policiais.

Justificativa: Prevenção e repressão de ilícitos, sobretudo na área de entorpecentes e crimes ambientais na Amazônia

Ações desenvolvidas para o atingimento: Processo licitatório na CPL/SELOG

Resultados: meta atingida, a embarcação Comandante Armindo já está em condições de operação.

Recursos financeiros: R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais)

Meta 25: Contratação de pilotos de embarcação, marinheiros de convés e marinheiros de máquina.

Justificativa: Atender as exigências da frota náutica existente na SR/AM e sua descentralizada, bem como adequação às normas da Marinha do Brasil.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Processo licitatório a cargo da CPL/SR/AM.

Resultados: meta atingida, contratos 016 e 017/2007 foram firmados para atender às necessidades da Base Tarumã e Operação Cobra.

Recursos financeiros: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais.)

Meta 26: Contratação de prestadores de serviços para dar suporte técnico na área de informática

Justificativa: A inexistência de servidores administrativos na área de informática e a real necessidade de administração da rede de processamento de dados.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Processo licitatório para contratação do serviço.

Resultados: meta atingida, contrato 08/2007 firmado com a empresa Geração

Recursos financeiros: R\$ 20.881,11 (vinte mil, oitocentos e oitenta e um reais ao mês).

Meta 27: Ampliação do pátio de estacionamento da SR/AM com previsão de mais 93 vagas.

Justificativa: A atuação do DPF do Estado do Amazonas, vem aumentando paulatinamente, em face de especialização do crime organizado, a grande importância à proteção do meio ambiente, o aumento populacional, a grande procura dos serviços do DPF pela sociedade, especialmente a expedição de passaportes e outros.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Projeto básico já elaborado e encaminhado a DELOG, aguardando liberação de recursos para formalização de processo licitatório.

Resultados: meta não alcançada. Recurso não liberado.

Recursos financeiros: não liberado.

Meta 28: Aquisição de material elétrico para instalação da rede lógica dos computadores da SR Amazonas.

Justificativa: Suprir a carência mínima de funcionamento da rede elétrica telefônica e de computadores da SR Amazonas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Projeto básico já elaborado e encaminhado a DELOG, aguardando liberação de recursos.

Resultados: meta não atingida. Recurso não foi liberado

Recursos financeiros: não liberado

Meta 29: Reforma parcial na garagem para acomodação de instalações tipo vestiário, refeitório, escritórios e depósito de materiais das empresas prestadoras de serviços e o seu pessoal.

Justificativa: Na SR Amazonas trabalham cerca de 84 pessoas prestadoras de serviços de: vigilância, digitação, recepção, manutenção predial, conservação e limpeza e mensageria. Não existe qualquer tipo de acomodação destinada a essas pessoas.

A SR/AM já foi notificada pelo Ministério do Trabalho a tomar providências para corrigir essas carências.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Projeto básico já elaborado e encaminhado a DELOG, aguardando liberação de recursos para formalização de processo licitatório.

Resultados: meta não atingida. Recurso não liberado

Recursos financeiros: não liberado

Meta 30: Equipar a DELINST com 2 (dois) veículos blindados

Justificativa: O Estado do Amazonas pela sua importância no contexto mundial, tem recebido visitas de autoridades estrangeiras, o que ajudaria e muito a utilização de tais veículos em suas seguranças.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos a COF/DPF e proceder a licitação.

Resultados: meta não atingida. Recurso não liberado.

Recursos financeiros: não liberado

Meta 31: Atender despesas com manutenção predial.

Justificativa: Necessário se faz uma boa manutenção elétrica / hidráulica, hidrosanitárias e condicionadores de ar da SR/AM.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Promover gestões junto a COF/DPF para liberação de recursos para pagamento a empresa vencedora da licitação já concluída.

Resultados: meta atingida. Contrato 02/2007

Recursos financeiros: R\$ 359.900,04 (trezentos e cinquenta e nove mil e novecentos ao ano)

Meta 32: Manter na SR/AM empresa terceirizada com especialização em serviços de digitação.

Justificativa: Possui a SR/AM um grande volume de documentos que necessitam ser inseridos em bancos de dados tais como: passaportes, químicos, armas, não possuindo pessoal administrativo suficiente para suprir as necessidades.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitar recursos junto a COF/DPF para pagamento de empresas especializadas.

Resultados: meta atingida prorrogação do contrato 13/2006.

Recursos financeiros: R\$ 756.380,88 (setecentos e cinquenta e seis mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos).

Meta 33: Construção de um anexo para abrigar o setor de criminalística principalmente, e outras atividades inerentes às atribuições da Polícia Federal.

Justificativa: Com o aumento das atividades do DPF, face ao constante crescimento do crime organizado, necessário se faz a acomodação em instalações adequadas aos serviços periciais.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Com o aumento das atividades do DPF, face ao constante crescimento do crime organizado, necessário se faz a acomodação em instalações adequadas aos serviços periciais.

Resultados: meta não atingida, recurso não liberado. A COF/DLOG esta buscando a inclusão do projeto no orçamento para uma possível licitação em 2009.

Recursos financeiros: não liberado.

Meta 34: Promover a reestruturação de toda a rede elétrica incluindo subestação, grupo gerador e aterramento para proteção contra descargas atmosféricas.

Justificativa: O precário estado de conservação em que se encontra tais instalações no edifício Sede da SR/AM com potencial risco de incêndio em virtude das condições atmosféricas e sobrecarga dos equipamentos existentes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Promover as devidas licitações objetivando a contratação do serviço e aquisição de novos equipamentos.

Resultados: meta não atingida . Quando ocorreu a liberação dos recursos, já não havia tempo hábil para o devido processo licitatório.

Recursos financeiros: não foi utilizado.

Meta 35: Manter contrato com empresa fornecedora de alimentos para custodiados desta descentralizada.

Justificativa: A obrigação de prestar assistência material oriunda da Lei de execuções penais.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Processo já realizado com a empresa vencedora adjudicada.

Resultados: meta atingida

Recursos financeiros: R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

Meta 36: Contratação de empresa para manutenção e reparos da frota náutica e equipamentos da SR/AM.

Justificativa: A frota náutica é de vital importância para esta descentralizada já que é um dos meios mais utilizados para o deslocamento nesta região, portanto, é necessário que se disponha de uma manutenção técnica e eficiente.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Elaboração de projeto básico e a locação de recursos para realização de processo licitatório.

Resultados: meta não atingida. Termo de referencia complexo em fase de elaboração

Recursos financeiros: não houve

Durante o ano de 2007, das 36 metas estabelecidas, foram cumpridas 22 , num percentual de 79% , principalmente na atividade fim, o que demonstra que apesar de toda a carência de recursos humanos na região a Unidade não mediu esforços no cumprimento do dever. Quanto as metas de caráter administrativo, foram cumpridas principalmente aquelas que objetivaram

o funcionamento da Unidade no que diz respeito a contratação de serviços e manutenção, pagamento de diárias e combustíveis, porém, as aquisições de materiais permanentes, reformas e ampliações não puderam ser atingidas pela não liberação de recursos. A carência na área de pessoal na atividade meio também dificultou em muito a formalização dos procedimentos e o bom andamento da logística policial mas, ainda assim, foram formalizados dezenove pregões para contratações, e mais algumas adesões a registro de preços.

O volume de recursos movimentado pela Unidade com diárias, passagens, serviços e aquisições de bens de consumo e materiais permanentes de janeiro a dezembro foram:

Diárias; R\$ 1.632.849,78

Passagens; R\$ 461 624 38

Serviços; 1.023.915,28

Aquisições de bens de consumo; R\$ 1.504.159,43

Aquisições de bens permanente: R\$ 727.335,60

ITEM	Nº CONTRATO	OBJETO	ANO
1	11/2007	SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA NO INTERESSE DA SR/AM	1.135.031,40
2	03/2007	SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO INTERESSE DA SR/AM	1.100.050,92
3	13/2006	SERVIÇOS DE APOIO ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS COMPLEMENTARES	756.380,88
4	02/2007	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL NO INTERESSE DA SR/AM	359.900,04
5	08/2007	SERVIÇOS DE APOIO DE INFORMÁTICA – TECNICOS DE SUPORTE	250.573,32
6	16/2007	SERVIÇOS DE TRIPULAÇÃO FLUVIAL BORA/SR/AM	238.842,24
7	17/2007	SERVIÇOS DE TRIPULAÇÃO FLUVIAL COESF/SR/AM	308.400,00
TOTAL			4.149.178,80

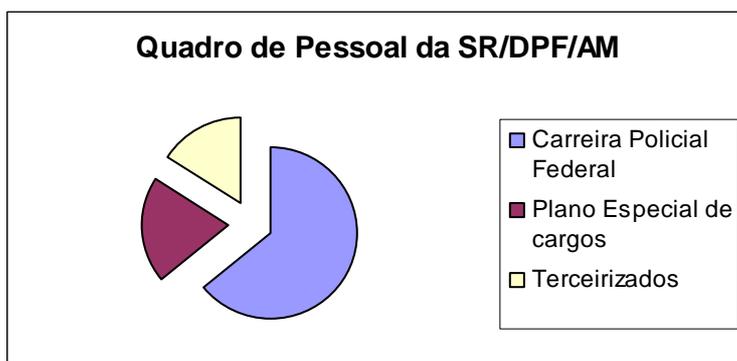
Recursos Humanos

Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERCEIRIZADOS	ESTAGIÁRIOS
GABINETE DO SUPERINTENDENTE REGIONAL	1		1	1		4	3	
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP	1	2	1	12	2			
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI					1	4	5	
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH						6		
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC		20			3		2	
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG				1		26	13	
DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX	14		17	67	3	14	17	
DELEGACIA REG. DE COMB. AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR	3		2	14	3	3	3	
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM TABATINGA -AM	2		3	15			5	
CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR	2		3	1		1	1	
CENTRO INTEGRADO DE APERF. EM POLÍCIA AMBIENTAL - CIAPA			1	1		3		
TOTAL	23	22	28	114	12	61	49	

Quadro de pessoal em 31/12/2007:

- **Carreira Policial Federal: 199 servidores**
- **Plano Especial de Cargos do DPF: 61 servidores**
- **Terceirizados: 49 funcionários, sendo: 12 Digitadores, 25 Recepcionistas, 02 Mensageiros, 02 Copeiras, 02 Limpadores de veículos e 01 Auxiliar de apoio logístico e 05 Técnicos em informática.**



No Exercício de 2007 tomaram posse 26 novos servidores na Carreira Policial Federal e nenhum no Plano Especial de Cargos do DPF. Neste período tivemos 19 Remoções, 05 Pedidos de Vacância, 04 Pedidos de Exoneração, 01 Aposentado e 01 servidor falecido.

Avaliamos que apesar da realização dos Concursos Públicos para provimento de Cargos no DPF no ano de 2004, em relação a esta Unidade, não houve evolução significativa no Quadro de servidores, principalmente nos Cargos de Agente de Polícia Federal e do Plano Especial de Cargos.

Nos Cargos de Agente de polícia Federal constatamos que 90% dos servidores que tomam posse são oriundos de outros Estados da Federação, condição que dificulta a sua permanência nesta lotação. Todos ao completarem os prazos editalícios são removidos, se não de ofício, por outra modalidade e principalmente através do Concurso de remoções realizado anualmente. Tal situação tornou a nomeação de novos servidores Policiais apenas um instrumento de reposição de Pessoal e não o necessário aumento do efetivo da Polícia Federal na Região Amazônica ocasionando constantes viagens nos finais de semana para substituir outros em sistema de rodízio ou para cumprirem determinações judiciais.

Nos Cargos do Plano Especial de Cargos do DPF houve uma significativa evasão de servidores sem nenhuma reposição, no primeiro e único Concurso realizado para estes Cargos em 2004, foram aprovados e empossados 26 servidores dos quais 50% já deixaram o DPF todos para outros Cargos melhor remunerados. A principal consequência deste fato é a

utilização de Policiais, muito bem treinados e com subsídios diferenciados para suas respectivas funções, nas atividades meio do DPF atuando em áreas Administrativas e Financeiras, (Exemplo: Há Unidades do DPF, onde Peritos Criminais Federais detentores de Subsídios alinhados aos de Procuradores Federais, ocupam funções de Chefes de Recursos Humanos), além do número exagerado de funcionários terceirizados atuando em atividades específicas de Servidores Públicos.

Portanto, entendemos que tais fatos ocorreram pela falta de planejamento quando da elaboração dos Editais dos últimos concursos realizados, quando não se levou em conta aspectos legais que, mesmo com a realização de Concursos Regionais, propiciam a remoção de servidores para outras Unidades muito rapidamente.

Quanto aos servidores do Plano Especial de Cargos do DPF, nele incluídos: (Agentes Administrativos, Contadores, Engenheiros, Administradores, Médicos etc.) a evasão para outros órgãos nos preocupa, porque todo o investimento em treinamentos e qualificação fornecidos ao servidor são perdidos e estes recursos desperdiçados. O DPF e o Executivo não têm Plano de Carreira atraente destinado aos servidores do PEC a exemplo do destinado a Carreira Policial às diferenças Salariais entre as Duas Carreiras são enormes, mesmo considerando a diferença de atribuições.

As possíveis soluções para os principais problemas da área de Recursos Humanos no DPF são a implementação de uma nova política de valorização da Atividade meio com a reorganização da Carreira Administrativa, a realização de novos concursos regionalizados com mecanismos, estudados que mantenham o servidor em sua lotação inicial, condição que acrescentaria aproximadamente 3.000 Policiais, que atualmente trabalham em áreas Administrativas, a atividade fim com custos financeiros muito menores considerando Salários e o custo da formação de novos Policiais.

As Políticas de RH e as macro-estratégias que envolvem soluções de valorização da atividade meio, a desburocratização do serviço e a humanização do serviço policial, além das decisões destinadas a melhor utilização e distribuição dos Recursos públicos na área de RH no DPF, devem emanar dos poderes centrais que obviamente tem conhecimento de todo esse conjunto de situações.

4. Desempenho operacional

Esta Unidade não possui indicadores de desempenho operacional.

4.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DAS UNIDADES COM O PLANO PLURIANUAL

Programa 0662- COMBATE A CRIMINALIDADE

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
Gerente do programa	Não possui
Gerente executivo	Não possui
Indicadores ou parâmetros utilizados	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)	Sociedade brasileira

AÇÃO- 2726 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação R\$765.672,91

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	SR/DPF/AM
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SETEC, DELEFAZ, NIP, DELINST e DELEMIG.
Coordenador nacional da ação	Leandro Daiello Coimbra
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Francisco Lopes da Silva, Jocenildo Cavalcante, Wessley Sirlan, Guilherme F. Lima de Farias.

AÇÃO– 2720 - OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação. R\$ 72.032,76

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
Unidades executoras	SR/AM

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	NIP/AM
Coordenador nacional da ação	Daniel Lorenz de Azevedo
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Jocenildo Cavalcante

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

Produção Ano 2007	
Contabilidade e Economia	58
Audiovisual e Eletrônicos	37
Balística Forense	91
Engenharia	6
Informática	146
Laboratório	105
Local de Crime	12
Meio Ambiente	16
Veículos	18
Documentoscópicas	182
Merceológicas	33
TOTAL	704

PENDÊNCIAS 2008	
Indefinidas	1
Contábeis e Econômicas	54
Audiovisual e eletrônicos	1
Balística Forense	5
Engenharia	16
Genética Forense	0
Informática	81
Laboratório	29
Local de Crime	8
Meio-Ambiente	8
Veículos	5
Documentoscopia	46
Merceologia	6
Papiloscópica	0
Soma	260

	Atividades do Núcleo de Identificação	
		Total
1	Consulta - INFOSEG	137
2	Consulta ao SINIC para Emissão de Antecedentes Criminais	679
3	Cumprimento de O M (outras atividades)	58
4	Cumprimento de O M (relativa à atividade papiloscópica)	24
5	Emissão de BDI a Justiça Comum	-
6	Emissão de BDI a Justiça Federal	347
7	Emissão de BDI a SSP	-
8	Emissão de BDI para cartório (DPF)	-
9	Emissão de BDI a Justiça Comum	-
10	Emissão de BDI a Justiça Federal	301
11	Emissão de Folha de Antecedentes a Justiça Federal	515
12	Emissão de Folha de Antecedentes a SSP	40
13	Emissão de Folha de Antecedentes para cartório (DPF)	515
14	Identificação - Criminal com Foto	124
15	Identificação - Criminal sem Foto	151
16	Identificação - Estrangeiros	675
17	Identificação - Funcional	73
18	Identificação - Necropapiloscópica	-
19	Identificação - Passaporte	183
20	Perícias - Documentos	8
21	Perícias - Local	12
22	Perícias - Material	13
23	Informações Técnicas - Documentos	

		4
24	Informações Técnicas - Local	8
25	Informações Técnicas - Material	10
26	Laudos Papiloscópicos - Documentos	7
27	Laudos Papiloscópicos - Local	3
28	Laudos Papiloscópicos - Material	14
29	Pesquisa AFIS para Emissão de Certidão de Antecedentes	274
30	Representação Facial Humana (RFH)	4

1. Destaques 2007

A quantidade de laudos realizados em 2007, superior a todos os anos anteriores, deveu-se aos números de peritos lotados no SETEC/AM e à instalação dos modernos equipamentos, estes adquiridos via Amazônia/Promotec.

No ano de 2007, foram adaptadas as salas para instalação dos Laboratórios de Química e Análise Instrumental, foram adquiridos os mobiliários desses laboratórios (inclusive a capela, para retirada dos gases tóxicos), foram adquiridos estações de trabalho, armários, cadeiras e gaveteiros para usos dos Peritos, Papiloscopistas e pessoal administrativo; no que tange aos Laboratórios, resta pendente a instalação da tubulação e dos cilindros de gás, previsto para o mês de fevereiro/2008; falta receber as estações de trabalho, as cadeiras e os armários adquiridos no final do ano. Tudo com verba do Promotec.

1.1. Lotação de Peritos Criminais Federais por área de formação

Área de formação	Quantidade de PCFs
Contabilidade	04
Economia	02
Farmácia	02
Química	02
Física	01
Eng Elétrica	01
Eng Florestal	01
Geologia	01
Agronomia	01
Eng Civil	03
Eng Telecomunicações	01
Veterinário	01
Informática	05
TOTAL	25

1.2. Principais recursos tecnológicos do SETEC/AM

- 1.2.1. Laboratório de Documentoscopia
- 1.2.2. Estação de Geoprocessamento
- 1.2.3. Laboratório de Informática
- 1.2.4. Laboratório de Eletro-Eletrônicos
- 1.2.5. Laboratório de Fonética Forense

2. Fator de limitação dos resultados

2.1. Computadores pessoais

Há grande carência de computadores, impressoras e nobreaks. Estes equipamentos não podem ser adquiridos com verba do Promotec.

2.2. Espaço físico

Fator negativo de maior impacto. Em salas de 15m² colocamos três PCFs, além do mobiliário necessário para as atividades, tais como: armários para guarda de documentos, estações de trabalho, cadeiras, gaveteiros e computadores,

O SETEC necessita de 5 salas para instalação do Laboratório de Engenharia e Meio Ambiente, cujos equipamentos deverão ser entregues até abril/2008, e melhor distribuição dos PCFs.

Inteligência Policial – NIP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Não informado				S

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Polícia de Imigração – DELEMIG

As atividades desta DELEMIG estão deste modo divididas:

1) Grupo de Registro de Estrangeiros:

Pessoal: dois servidores contratados, um AADM e uma APF.

Função: Atendimento ao público estrangeiro (naturalização, permanência, prorrogação de prazo para vistos e pedidos de refúgio).

2) Grupo de Passaportes e Vistos:

Pessoal: dois servidores contratados e cinco AADM.

Função: Atendimento ao público para expedição de Passaportes. Houve a implantação do novo passaporte brasileiro na cidade de Manaus/AM, em 06/02/2007, expediente atual dividido em dois turnos, de 07 às 13h e 13h às 19h, com capacidade diária de expedição de

100-120 passaportes, além do serviço de entrega dos mesmos, realizado mediante conferência eletrônica de digitais do requerente.

3) Grupo de cadastro:

A APF ADRIANA, chefe do Grupo de Registro de Estrangeiros, acumula esta função temporariamente de modo a dar bom andamento ao serviço.

4) Núcleo de Operações:

Pessoal: 05 APF's

Funções: Além do grande volume de serviços atinentes à delegacia (diligências relativas a estrangeiros, fiscalização e liberação de navios estrangeiros, viagens ao município de Itacoatiara/AM, apuração de denúncias envolvendo estrangeiros e investigações da própria delegacia), os agentes lotados no NO/DELEMIG tem que realizar também investigações e diligências relativas aos quase 130 inquéritos policiais das mais diversas áreas sob a presidência deste signatário.

5) Aeroporto Internacional Eduardo Gomes:

Pessoal: 08 APF's, sendo dois por turno 24 X 72h.

Funções: Fiscalização referente à imigração e policiamento preventivo e repressivo do aeroporto como um todo. Apoio a órgãos públicos como ANVISA, SRF, ANAC e INFRAERO. Houve também a implantação do novo Sistema de Tráfego Internacional, em 06/02/2007, propiciando um maior controle do fluxo de brasileiros e estrangeiros por este aeroporto. Entre outros resultados desta implantação, houve sensível aumento de prisões realizadas por agentes federais em desfavor de indivíduos portadores de passaportes falsos.

6) NEPOM (Núcleo Especial de Polícia Marítima) – Porto de Manaus.

O NEPOM foi desativado, o que causou a ausência da Polícia Federal no Porto de Manaus/AM, bem como o deslocamento de maior número de pessoas até esta Superintendência para realizar procedimentos de despacho de fiscalização dos navios. Sugere-se que seja reativado o NEPOM, com realocamento de servidores e com a construção de flutuante junto à sala do Porto, no centro de Manaus, para que o apoio fluvial a ser dado por este setor seja realmente efetivo e executado dentro do menor lapso temporal possível, haja vista a distância existente entre o flutuante da polícia até o Porto de Manaus (45 min. aproximadamente).

7) UNAD/DELEMIG (Unidade de Análise de Dados de Inteligência Policial)

Pessoal: 02 APF's

Funções: Implementado junto ao NIP, este setor de Inteligência visa dar apoio aos serviços da Delegacia e a Inquéritos sob a presidência do Chefe da DELEMIG. Este setor possui a disposição equipamentos de interceptação telefônica e monitoramento de sinais. Atualmente executa operação de inteligência policial ligada à área de atuação da DELEMIG.

DIFICULDADES ENFRENTADAS:

No Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, é imperioso haver a quantidade mínima de três APF's por equipe de fiscalização. Na atualidade, com apenas dois servidores, um se encarregando do embarque e o outro com o desembarque internacional, torna-se praticamente impossível um bom desempenho das tarefas em um trabalho de tamanha importância. Os problemas daquele aeroporto são enormes, estando entre eles o contrabando de mercadorias, tráfico de animais silvestres e substâncias entorpecentes, segurança de vôos, segurança das instalações do próprio aeroporto etc., serviços estes que ficam praticamente sem fiscalização durante o atendimento de vôos internacionais. Frise-se que houve um grande aumento no fluxo de passageiros por este aeroporto com destino ao exterior (mais que o dobro do movimento registrado em 2004), haja vista a desvalorização dólar.

Quanto à parte operacional da Delegacia (NO/DELEMIG), os serviços vêm se acumulando devido à falta de agentes lotados no setor.

Assim, as atividades desta Delegacia encontram-se prejudicadas em razão da reduzida quantidade de Policiais Federais lotados na SR/DPF/AM e na DELEMIG/AM, sendo que continuamos nos esforçando para cumprir nosso papel constitucional, na certeza de que poderíamos melhor cumpri-lo caso houvesse um maior efetivo a nossa disposição.

Índices

ÍNDICES	2007
Passaportes expedidos	14.133
Extradições	00
Carteiras de estrangeiros	727
Deportações	00
Expulsões	16
Repatriações	02
Multas aplicadas	R\$ 131.931,17
Valor arrecadadas taxas	R\$ 2.073.323,70
Taxas setor de estrangeiros	R\$ 256.912,86
Cadastro de estrangeiros	550
Aeronaves atendidas	4.100
Navios atendidos	510
Autos de infrações	312

Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação Foco	Manaus	Combate a fraudes em benefício	11 mandados de prisão temporária e 18 de busca e apreensão cumpridas.	S

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

A Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV é uma Delegacia Especializada e tem por escopo investigar, no âmbito regional, por meio de Inquéritos Policiais gerados a partir de investigações próprias e denúncias, a prática de determinados crimes tipificados no Código Penal Brasileiro em detrimento dos cofres da Previdência Social, tanto na área de Benefícios quanto na de Arrecadação.

São exemplos de tais delitos os capitulados no Artigo 168-A (Apropriação Indébita Previdenciária), Artigo 171, § 3º (Estelionato Previdenciário), Artigo 337-A (Sonegação de Contribuição Previdenciária).

A DELEPREV também conduz e apura crimes diversos através de Inquéritos Policiais genéricos que são distribuídos à Autoridade Policial que a chefia.

Da estrutura e da Força-Tarefa Previdenciária

A DELEPREV é chefiada por um Delegado de Polícia Federal que também é o Coordenador da Força-Tarefa Previdenciária no Estado do Amazonas. Tal estrutura, criada em 1999, é composta pelo Departamento de Polícia Federal, Ministério da Previdência Social/INSS/APE e Ministério Público Federal.

Atualmente trabalha junto à DELEPREV um GT/INSS (Grupo de Trabalho) cuja coordenação fica a cargo da APE/DF (Assessoria de Planejamento Estratégico e Gerenciamento de Risco).

A DELEPREV é composta por:

- Núcleo Operacional/NO – é o nome técnico do setor responsável por investigações relativas a Inquéritos Policiais, cumprimento de mandados de intimações, busca e prisões, como também pela apuração de denúncias que chegam de diversas formas ao conhecimento da Delegacia. Nesse setor estão lotados 4 (quatro) Agentes de Polícia Federal;

- Cartório – é o setor responsável pelos trabalhos cartorários, como a expedição de Mandados de Intimação e realização de oitivas, controle de prazo dos Inquéritos Policiais instaurados ou em tramitação na DELEPREV. Está lotada 1 (uma) Escrivã de Polícia Federal vinculada ao NUCART/SR/DPF/AM; UADIP/DELEPREV – é o setor responsável pelos trabalhos de inteligência com vistas a dar suporte às operações policiais conduzidas pela Delegacia. Tal unidade está vinculada tecnicamente ao NIP/SR/DPF/AM. São utilizados os mesmos Agentes lotados no NO/DELEPREV.

Da estatística

Estão tramitando na DELEPREV aproximadamente 180 Inquéritos Policiais. No decorrer de 2007 foram instaurados 45 (quarenta e cinco) Inquéritos Policiais, relatados 37 (trinta e sete) e cumpridas as cotas ministeriais em 6 (seis) Inquéritos Policiais.

Os 45 (quarenta e cinco) Inquéritos Policiais instaurados tiveram as seguintes tipificações:

TIPO PENAL	CRIME	QUANTIDADE IPL's
168-A	Apropriação Indébita Previdenciária	19
171, § 3º	Estelionato Previdenciário	09
337-A	Sonegação de Contribuição Previdenciária	02
297	Falsificação de documento público	05
313-A	Inserção de dados falsos em sistema de informações	02
147	Ameaça	01
334	Contrabando ou descaminho	01
329	Resistência	01
299	Falsidade ideológica	01
Art.92 Lei 8.666/93	Lei das Licitações	01
289, § 1º	Moeda falsa	01
Art.1º,I/II Dec.201/67	Crime de responsabilidade	02
TOTAL		45

Das Operações

No decorrer de 2007 foi realizada a **Operação “Foco”**, em 08.02.07, desbaratando uma quadrilha que lesava a Previdência Social a partir do Sindicato dos Estivadores de Manaus. O *modus operandi* consistia em adulteração de fichas de contribuição salarial, sempre majoradas, conseguindo benefícios previdenciários fraudulentos para os

filiados que necessitavam comprovantes junto ao INSS. Os benefícios fraudados eram basicamente Auxílio-Doença e Aposentadoria por Invalidez.

Nessa Operação foram cumpridos 11 (onze) Mandados de Prisão Temporária e 18 (dezoito) Mandados de Busca e Apreensão.

Ainda em 2007, mais precisamente em meados do mês de maio, foram iniciados os trabalhos de investigação e inteligência com vistas à preparação da **Operação “Hígia”**. Foi mobilizado todo o efetivo da DELEPREV que conta, também, com substancial reforço da DPREV/CGPFAZ/DF e de alguns servidores de outras Superintendências.

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE EM 2007
Quantidade de IPL's instaurados	45
Quantidade de IPL's restaurados	37
Quantidade de IPL's em andamento	180
Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais:R\$	00

Análise crítica dos resultados

A DELEPREV tem contado com o apoio da Administração local, que têm acreditado no seu potencial e possui consciência das dificuldades que enfrenta no combate à criminalidade no Amazonas.

Mesmo assim, muitas ações deixam de ser iniciadas por falta de efetivo humano e material. Se reforçado seu quadro de pessoal e disponibilizados mais recursos a DELEPREV poderá atuar de forma mais abrangente e efetiva, gerando resultados surpreendentes em todo o Estado do Amazonas, onde campeiam os crimes contra a Previdência Social, tanto na modalidade de Benefícios quanto na de Arrecadação.

Vale registrar que tem sido substancial o apoio recebido, também, da DPREV/CGPFAZ/DF através do seu antigo dirigente DPF Oslain, da Chefe Substituta DPF Helena de Rezende e agora do atual Chefe DPF Rodrigo. De lá a DELEPREV tem recebido equipamentos modernos, apoio de recursos humanos e logísticos que muito têm ajudado nos trabalhos desenvolvidos.

É grande a necessidade de treinamento para o pessoal da DELEPREV.

Por lidar com crimes complexos, mesmo contando com a parceria da Previdência Social nas análises das situações, imperioso é possuir quadro de pessoal

qualificado para o mister, para tanto propiciando treinamentos e cursos, aliando teoria à prática para que estejamos à altura de combater os criminosos especializados.

Para fraudar a Previdência Social, não raro, organizam-se criminosamente contadores, advogados, servidores da própria previdência, especialistas em sistemas de informações, prefeitos, auditores fiscais, enfim pessoas preparadas e com potencial financeiro que exigem também da nossa parte muito investimento em recursos humanos para atuarmos com competência, eficiência e eficácia.

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Colônia	Colônia de Pescadores	Fraude no auxílio defeso	Prisão e indiciamentos	s

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		QUANTIDADE
	TIPO	CRIME	
01	Art. 334 do CPB	Contrabando ou Descaminho	03
02	Art. 171 do CPB	Estelionato	05
03	Art. 289 do CPB	Moeda Falsa	02
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	04
05	Art. 155 do CPB	Furto	02
06	Art. 299 do CPB	Falsidade Ideológica	03
07	Art. 304 do CPB	Uso de Documentos Falsos	02
08	Art. 297 do CPB	Falsificação de Documento Público	03
09	Art. 312 do CPB	Peculato	03
10	Diversos		06

Total	33
--------------	-----------

A Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários, comumente conhecidos como DELEFAZ, tem por finalidade investigar por meio de inquéritos policiais/denúncias a prática de determinados crimes relacionados no Código Penal Brasileiro, como por exemplo, o Art. 334 (Contrabando e Descaminho), Art. 171 (Estelionato), Art. 289 (Moeda Falsa), como também crimes contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 7.492/86), entre outros. A DELEFAZ também leva a efeito outros inquéritos genéricos, que são distribuídos à autoridade policial que chefia a mencionada Delegacia.

Atualmente a DELEFAZ/SR/DPF/AM é chefiada por um Delegado de Polícia Federal e composta por:

- **Núcleo Operacional – NO/Escritório de Inteligência** é o nome técnico do setor responsável por investigações relativas a inquéritos policiais, cumprimento de mandados de intimações, busca e prisões, como também verificar as denúncias feitas pela população. Atualmente o NO/DELEFAZ estão lotados seis Agentes de Polícia Federal.
- **Cartório** é o setor responsável pelos trabalhos cartorários, como a expedição de Mandados de Intimação e realização de oitivas, controle de prazo dos Inquéritos Policiais instaurados ou em tramitação na DELEFAZ. Atualmente no Cartório/DELEFAZ está lotada uma Escrivã de Polícia Federal. Hoje, na DELEFAZ, estão tramitando aproximadamente 174 Inquéritos Policiais. A DELEFAZ encerrou o ano de 2007 com 169 Inquéritos Policiais em andamento, dos quais 33 foram instaurados, excluindo os 39 Inquéritos Policiais que foram relatados e 08 Inquéritos Policiais que tiveram sua cota cumprida.
Os 33 Inquéritos Policiais instaurados no ano de 2007:

No ano de 2007, foi realizada uma única operação, sendo denominada **Operação Colônia**, na qual foi preso o presidente de uma colônia de pescadores e foram indiciadas diversas pessoas.

Cabe destacar o esforço de alguns dos servidores lotados nesta Delegacia a levar efeito a sua missão institucional diante da carência de pessoal e material, sendo um ponto negativo é a falta de pessoal, já que dos seis Apfs aqui lotados, em regra, dois são cedidos para o Plantão e muitas vezes um outro é cedido para a Operação Cobra, restando apenas três Apfs, sem mencionar outras missões alheias às atividades desta Delegacia para as quais os Apfs restantes são designados. Atualmente, por exemplo, dois APFs estão cedidos para o Plantão, um está na Operação Cobra e o outro está na ANP participando de CFP, (Curso de Formação em Perito Criminal Federal) restando apenas dois APFs. Há também carência de pessoal administrativo, já que ao contrário de outras delegacias esta Delegacia não possui nenhum funcionário administrativo ou contratado. Outro ponto negativo é a falta de material, como móveis, veículos, computadores, tonners para impressora, e equipamentos para investigação.

No ano passado, por exemplo, durante vários meses os documentos do Gabinete e do Cartório eram impressos com falhas na impressão e com a impressão bem fraca tendo em vista a falta de tonner. Devido ao excesso de trabalho, não foi possível a realização de

operações, sendo realizada apenas uma pequena operação em um dos inquiridos. O único trabalho possível de ser feito é a presidência dos quase duzentos inquiridos policiais, realizando centenas de oitivas e restando para o Núcleo Operacional o trabalho de entrega de intimações em detrimento de algum trabalho de investigação ou a realização de alguma operação maior.

Por fim, para melhorar a atual situação é necessário aumentar o efetivo desta Delegacia no mínimo em três vezes e disponibilizar material suficiente para a realização dos trabalhos.

Defesa Institucional – DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação Nicolau	Manaus	Combate ao abuso sexual e pedofilia	Cumprimento de mandados de busca e prisão	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA E ATRIBUIÇÕES.

A DELINST/SR/DPF/AM – Delegacia de Defesa Institucional, no Estado do Amazonas, possui uma vasta gama de atribuições, sendo responsável, primordialmente, por investigações e combate a Crimes Eleitorais - que constitui a maioria dos inquiridos policiais sob investigação nesta Delegacia -, além de crimes de Tráfico de Pessoas, de Redução à Condição Análoga a de Escravo, de Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e de Pedofilia, e de crimes praticados por povos indígenas ou contra estes, dentre outros.

Em 2007, a DELINST contou com um Delegado de Polícia Federal e um Escrivão de Polícia Federal, que responderam por uma média de 170 Inquiridos Policiais em andamento.

Dentre as Delegacias dessa Superintendência Regional, é a que atua mais diretamente em atendimento às determinações do Poder Judiciário, sendo responsável, através do seu Núcleo de Operações – NO/DELINST: *a)* por cumprimento de Mandados de Prisões; *b)* por remoções de presos entre unidades prisionais; *c)* por conduções de presos e de testemunhas - quando determinada a condução coercitiva destas pelo Judiciário - para a participação em audiências; *d)* por prestação de apoio a oficiais de justiça para o cumprimento de mandados expedidos pelo judiciário; e, *e)* por prestação de segurança a membros do Poder Judiciário e a testemunhas, quando requisitado pela autoridade judiciária.

O seu Núcleo de Operações – NO/DELINST, no ano de 2007, contou, em média, com seis Agentes de Polícia Federal lotados e com uma digitadora contratada, e, além das atribuições já relatadas acima, ainda possui as seguintes: a) prestação de segurança e apoio a diversos órgãos públicos federais, como, p. ex., à Fundação Nacional do Índio – FUNAI, à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, à Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e à Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, dentre outros; b) formulação do Plano de Segurança da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas; c) elaboração da escala de plantão e de sobreaviso dos Policiais Federais lotados nessa Superintendência; d) realização de investigações de crimes relacionados aos Inquéritos Policiais afetos a esta Delegacia; e, e) realização de diligências policiais pertinentes à condução das investigações atinentes a tais Inquéritos.

É afeta, ainda, à DELINST, quando solicitada, a Segurança de Autoridades, em especial, Federais e estrangeiras, o que é feito pelo seu Núcleo de Operações – NO/DELINST.

Ainda conta a DELINST em sua estrutura, com o SINARM, setor responsável no Estado do Amazonas, pelo registro e controle de armas, e pela expedição de Certificados de Registro e de Porte de Arma de Fogo, através do Sistema Nacional de Armas, e pelo recolhimento de armas de fogo em razão da Campanha de Desarmamento prevista em Lei. Também responde este setor pela administração e pelo controle do armamento, das munições e dos demais acessórios de segurança pessoal, como coletes balísticos e armas não letais, disponíveis nessa SR/DPF/AM para o uso nas demandas policiais.

O SINARM, em sua estrutura, em 2007, contou com um Agente de Polícia Federal, dois Agentes Administrativos e uma recepcionista contratada. É oportuno consignar que o SINARM presta atendimento aos públicos externo e interno, por ser intrínseco ao exercício das atribuições indigitadas.

OPERACÕES REALIZADAS EM 2007.

No ano de 2007, a Delegacia de Defesa Institucional realizou uma Operação, a denominada Operação NICOLAU, desencadeada em novembro, em razão da investigação envidada nos autos do Inquérito Policial nº 583/2007, para a repressão a crimes de exploração e abuso de adolescentes e de pedofilia (através da produção de fotografias pornográficas envolvendo menores, e da divulgação na *Internet*, inclusive).

O desencadeamento desta Operação Policial envolveu apenas servidores lotados nessa SR/DPF/AM, distribuídos em 3 equipes, cada uma composta por um Delegado e um Escrivão, dois Agentes e um Perito, sob a coordenação geral do Delegado de Polícia Federal, presidente do Inquérito Policial referenciado, e cumpriu Mandados de Prisão e de Busca e Apreensão. Para o desencadeamento desta Operação não houve a aplicação de verba secreta.

DIFICULDADES ENFRENTADAS EM 2007

No que concerne às dificuldades enfrentadas pela DELINST/SR/DPF/AM no ano de 2007, merece especial ênfase a principal delas, a saber, a insuficiência de servidores lotados nesta Delegacia, o que tem impossibilitado a obtenção de melhores resultados nas

atividades realizadas, e impedido um combate mais efetivo – e mais próximo do desejável – a diversos crimes. Ou seja, desta principal dificuldade, derivam grande parte dos outros obstáculos ao trabalho da DELINST observados em 2007.

O obstáculo *supra*, foi “superado” através da colaboração de outras delegacias desta SR/DPF/AM, que cederam policiais para prestarem auxílio aos policiais lotados na DELINST no cumprimento dos misteres desta, em casos pontuais.

Outra dificuldade enfrentada em 2007 diz respeito à insuficiência de viaturas para esta Delegacia – apenas quatro –, e ao péssimo estado das mesmas, ante a suas idades e aos desgastes naturais sofridos, sendo inservíveis, p. ex., para a prestação de segurança a dignitários.

Uma necessidade premente quanto a viaturas à disposição da DELINST, é a de disponibilização de um número mínimo de três viaturas exclusivas para o serviço de segurança de dignitários, sendo recomendado que, pelo menos uma destas seja blindada. Vale trazer a lume que outras Superintendências com grande fluxo de autoridades visitantes já possuem viaturas exclusivas para este fim e que o Estado do Amazonas, em fluxo de dignitários em visita, somente perde para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, além do Distrito Federal.

A elevada quantidade de requisições emanadas do Poder Judiciário relativa à condução de presos para participarem de audiências em Processos Criminais, é outro dificultador à realização das demais atividades afetas à DELINST. É que a condução de cada preso demanda uma quantidade superior de policiais para levá-lo ao Judiciário, os quais devem lá permanecer até o término da audiência e conduzir o preso de volta até a unidade prisional onde se encontra recolhido. Isto demanda, como se conclui do acima exposto, uma quantidade considerável de policiais e muito tempo de serviço, prejudicando outras atividades da DELINST, sobretudo o cumprimento de Mandados de Prisão e a investigação nos Inquéritos Policiais desta Delegacia.

O SINARM, com o advento do Estatuto do Desarmamento, teve ampliadas as suas atribuições e demandas, passando a atender um público externo grande, o que agravou ainda mais o quadro relativo à insuficiência de pessoal e de estrutura. Com efeito, por vezes, desde 2004, este setor se viu obrigado a prestar atendimento concomitante aos públicos externo e interno, na única sala que tem a sua disposição. Não é recomendável que assim seja, por motivos óbvios. Ademais, há que se considerar que o público externo não está acostumado com a atividade policial, sendo necessária uma sala específica para prestar tal atendimento.

Por fim, a quantidade de Inquéritos Policiais na DELINST é alta – uma média de 170 –, para apenas um Delegado e um Escrivão de Polícia Federal. Isto é agravado pelo fato de uma boa parte destes Inquéritos se referir a crimes praticados em outros municípios deste extenso Estado do Amazonas, sendo necessárias viagens a estes para a realização de diligências policiais, como, p. ex., oitivas.

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE EM 2007
Seguranla de Dignatários	08
Proteção de Testemunhas ameaçadas	00
Registro de Armas Expedido	1.894
Portes de Armas Expedidos	11

Controle de Segurança Privada - DELESP

Índices

DADOS ESTATÍSTICOS	
DADOS	TOTAL
MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA DELEGACIA	51
EFETIVO DA DELEGACIA	12
<i>AGÊNCIAS BANCÁRIAS</i>	123
<i>POSTOS DE ATENDIMENTO BANCÁRIO</i>	148
<i>CARROS FORTES</i>	61
<i>ARMAS ATIVAS</i>	2.825
<i>ARMAS INATIVAS</i>	380
EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	27
<i>EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES</i>	05
<i>EMPRESAS DE SEGURANÇA ORGÂNICA</i>	31
<i>CURSOS DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES</i>	03

TOTAL DE PROCESSOS INSTAURADOS:		
ASSUNTO	MODALIDADE	TOTAL
AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	08
	TRANSPORTE DE VALORES	-
	CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES	-
	ESCOLTA ARMADA	<i>01</i>
	SEGURANÇA PESSOAL PRIVADA	-
	SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA	<i>07</i>
ALTERAÇÃO DE	RAZÃO SOCIAL	-
	ALTERAÇÃO DE SÓCIOS	03

ATOS CONSTITUTIVOS	MUDANÇA DE ENDEREÇO	02
	MUDANÇA DE MODELO DE UNIFORME	05
OUTROS PROCEDIMENTOS	REVISÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO	38
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE SEGURANÇA	28
	RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO DE VISTORIA	13
	COMPRA DE ARMAS, MUNIÇÕES E PETRECHOS DE RECARGA.	39
	AUTOS DE CONSTATAÇÃO DE INFRAÇÃO	83
	CANCELAMENTO/ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES	04
	ENCERRAMENTO DE EMPRESA IRREGULAR	02
	COMUNICAÇÃO DE INCIDENTES COM ARMAS	19
	NOTIFICAÇÕES	215

OUTRAS ATIVIDADES:	
DESCRIÇÃO	TOTAL
VISTORIA DAS INSTALAÇÕES DE EMPRESA DE VIGILÂNCIA E ORGÂNICA	20
VISTORIA DE VEÍCULOS ESPECIAIS DE TRANSPORTE DE VALORES (RETORNO)	56
VISTORIA DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS E PAB'S	251
CARTEIRAS DE VIGILANTES REQUERIDAS	923
CERTIFICADOS DE VIGILANTES REGISTRADOS	6.395
GUIAS DE TRANSFERÊNCIA E/OU TRANSPORTE DE ARMAS EMITIDAS	81
ARMAS E MUNIÇÕES ARRECADADAS	38
CONSULTAS / INFORMAÇÕES PRESTADAS SOBRE SEGURANÇA PRIVADA	670

ARRECADAÇÃO:	
TOTAL DE GARFUNAPOL ARRECADADO	401.426,91
TOTAL DE MULTAS PAGAS	17.910,81
TOTAL GERAL	419.337,72

Criticas e Sugestões:

A DELESP/AM enfrenta dificuldades na execução de suas atividades, não só pelo escasso material humano como pela dificuldade de acesso as localidades sob fiscalização no interior do Estado, haja vista que o hidroavião que viabilizava as vistorias mais inacessíveis não está mais disponível.

Outro fator crítico é a rede de informática existente nesta SR/AM. Com o advento do GESP, Gestão Eletrônica de Segurança Privada, torna-se primordial o aumento da largura de banda da rede.

Em função do início da operacionalização do sistema informatizado para requerimento de passaporte (“Novo SINPA”) na DELEMIG/AM, a capacidade da rede foi reduzida ao mínimo, o que tornou o GESP inviável. Em contato com o Setor responsável fomos informados que para comportar o “Novo SINPA” e o GESP a rede da SR/AM deveria contar com uma largura de banda mínima de 2 Megas.

Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	OBJETIVO	LOCAL	RESULTADO
Juma	Mineração ilegal	Apuí/AM	Fiscalização, apreensão de armas e presença do poder público no sul do Estado do Amazonas
Jauaperi	Pesca ilegal	Novo Airão/AM	Diveros TCOs por pesca ilegal na região do Parque Nacional do Jaú
Rosa dos Ventos IV	Pesca ilegal e apreensão de entorpecente	Manacapuru/AM	2 ton de peixes e 6 kg de cocaína, prisão em flagrante de duas pessoas por tráfico e três por pesca ilegal.
Badajós	Solução de conflitos na região do município de Codajás e corte ilegal de madeira	Codajás/AM	Solução de conflito e autuação de madeiras ilegais também nos municípios de Anori e Anamã.
Anavilhanas	Pesca ilegal, corte ilegal de madeira, e prisão de pessoas que ameaçavam e agrediam fiscais do IBAMA	Novo Airão/AM	Prisão de agressores e porte ilegal de arma, diversas autuações de corte ilegal de madeira e pesca ilegal de quelônio. Foi embargado hotel de selva, em área de preservação permanente federal.

Uso de V.S – (verba secreta) Não.

A Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e ao Patrimônio Histórico, comumente conhecido como DELEMAPH, tem com finalidade investigar por meio de inquéritos policiais/denúncias a prática de determinados crimes relacionados ao meio Ambiente, entre outros. A DELEMAPH também leva a efeitos outros inquéritos genéricos, que são distribuídos à autoridade policial que chefia a mencionada Delegacia.

Atualmente a DELEMAPH/SR/DPF/AM é chefiada por um Delegado de Polícia Federal e composta por:

- **NO-DELEMAPH** é o nome técnico do setor responsável por investigações relativas a inquéritos/denúncias, cumprimentos de mandado de intimações, busca e prisões, como também verificar as denúncias feitas pela população. Atualmente o NO/DELEMAPH estão lotados **02 (dois)** Agentes de Polícia Federal e **(01) um** Papiloscopista.
- **Cartório** é o setor responsável pelos trabalhos cartorários , como a expedição de Mandados de Intimação e realização de oitivas, controle de prazo dos Inquéritos Policiais instaurado ou em tramitação na DELEMAPH. Atualmente no Cartório/DELEMAPH está lotado **01 (um)** Escrivão de Polícia Federal e **01 (uma)** Contratada. Informando ainda que no mês de JUL a DEZ a delegacia esteve sem escrivão, o mesmo estava na ANP.
 - Hoje, na DELEMAPH, estão tramitando aproximadamente **158** Inquéritos Policiais. A DELEMAPH encerrou o ano de 2007 com **155** Inquéritos.
 - Quantidade de Inquéritos Instaurados: **138 IPL's**
 - Relatados: **22 IPL'S**
 - Remetido com pedido de baixa: **06 IPL's**
 - Remetido com cota cumprida: **03 IPL's**
 - Quantidade de IPL Redistribuídos: **43 IPL's**
 - Quantidade de Termo Circunstanciado Instaurados: **29 TCO** e **29 relatados**
 - Quantidade de OMP's: **45 OMP's**
 - Operações: No ano de 2007, fora realizadas 05 (cinco) operações , sendo denominada **Operação Juma, Jauaperi, Rosa dos Ventos IV, Badajós e Anavilhanas**, nas quais foram indiciadas diversas pessoas.

Cabe destacar o esforço dos servidores lotados nesta Delegacia a levar a efeito a sua missão institucional diante da carência de pessoal e material, já que dos **três APFs**

aqui lotados, **02 (dois)** foram cedidos para os Jogos Pan-americanos, nos meses de JUN e AGO e **01 (uma)** de Licença Maternidade com o retorno em AGO, nos de OUT a DEZ **03 (três)** APF's foram cedidos para o Plantão, ficando esta delegacia sem dar cumprimento às suas investigações. Outro ponto negativo é a falta de material, como móveis, computadores e equipamentos para investigação.

4.1.2 Ação nº 2679 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 325.668,46

4.1.3 Ação nº 8545 –APOIO A REPRESSÃO QUALIFICADA.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 99.069,00

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.
Descrição	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional. Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
Unidades executoras	SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Informação indisponível
Coordenador nacional da ação	João Francisco Goulart dos Santos
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	DRE/AM

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

ATRIBUIÇÕES DA DELEARM/SR/DPF/AM

Segundo o disposto no art. 224 da Instrução Normativa nº. 013/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005, compete à Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas:

- I. Executar operações policiais relativas às atribuições definidas no art. 56 deste Regulamento (atividades policiais de prevenção, investigação e persecução a crime de tráfico ilícito de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições e a outros crimes correlatos de competência do DPF, a que o País se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados e acordos internacionais, praticados por organização criminosa, que tenham repercussão interestadual, nacional ou internacional e que exijam repressão uniforme), informando o Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado sobre seus resultados, tendo em vista as diretrizes de planejamento operacional propostas, a orientação e a coordenação para a repressão uniforme desses ilícitos;
- II. Articular-se com instituições oficiais e órgãos do Poder Público no Estado, objetivando dispor de informações estratégicas no combate a bandos e organizações criminosas especializadas no contrabando e comércio ilícito de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições;
- III. Apurar os crimes de tráfico de armas de fogo, explosivos, acessórios e munições e outros correlatos de atribuição do DPF;
- IV. Identificar a ação de criminosos, levantando o seu modus operandi, produzindo conhecimento estratégico e implementando métodos e práticas para coibir os crimes objeto de sua atribuição;
- V. Dispor dos dados estatísticos referentes às atividades, ao resultado das operações policiais e à incidência criminal de sua atribuição, consolidando-os e submetendo-os ao Delegado Regional de Combate ao Crime Organizado e ao Chefe da DARM/DCOR.

CARACTERÍSTICAS DA REGIÃO AMAZÔNICA

- Fronteiras com os maiores produtores mundiais de cocaína (Peru, Colômbia), a Amazônia se constitui em enorme portal para a colocação da droga nos grandes centros consumidores da Europa e Estados Unidos, com inúmeras opções tanto de rota como de transporte.

- Proximidade do território ocupado pelas FARCS – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – e pelo EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO, que pretende tomar o poder na Colômbia e implantar o regime marxista. Anteriormente, apenas dava proteção aos narcotraficantes, porém, percebendo a lucratividade do “negócio”, passaram a plantar e produzir a droga.
- Extremas dificuldades logísticas, haja vista as enormes distâncias (ex: Manaus-Tabatinga por via aérea em boeing 737 são 2:15h de voo), a inexistência de estradas (as estradas são os rios e o asfalto é a água) e a dificuldade do acesso. Os deslocamentos só podem ser realizados através de via fluvial, que demora vários dias, ou aérea, que depende de voos de carreira que em geral ocorrem duas a três vezes por semana.
- Dificuldade de lotação no Estado do Amazonas, pois, nos concursos de remoção, as pessoas só saem do Amazonas. Assim, a destinação vagas da Academia Nacional de Polícia para o Amazonas, em patamares iguais aos dos outros estados, não serve nem para repor os servidores removidos, não havendo aumento real do efetivo do Amazonas.
- A região não oferece atrativos para a lotação de servidores, pois a distância dos grandes centros é enorme e não há estradas que liguem o Amazonas ao restante do Brasil, assim o acesso é realizado somente por avião ou barco a altíssimos custos. Por causa disso, os servidores que são lotados no Amazonas não se fixam no local e, assim que aparece uma oportunidade, mudam-se para outros estados.
- Não há qualquer incentivo à lotação de servidores experientes, na região, através de remoções ex-officio, que garantam aos interessados em trabalhar na região o retorno à sua lotação de origem e a concessão dos benefícios inerentes à remoção, tais como ajudas de custo para sua família, passagens e transporte de mobília, tanto na ida, quanto na volta.
- Dificuldade do trabalho no interior do Amazonas, que é muito diferente de qualquer outro interior do Brasil, haja vista os municípios estarem muito longe da capital e uns dos outros e não terem qualquer infra-estrutura, faltando até energia elétrica.

SITUAÇÃO DO TRÁFICO DE ARMAS NO AMAZONAS:

Não houveram operações específicas contra o tráfico de armas nos últimos anos, apesar de disso, houve casos isolados de apreensões de armas e munições que denotam o grande potencial que a região ostenta para o tráfico de armas, envolvendo principalmente as FARCS.

O Amazonas está na retaguarda das FARCS e, atualmente, é largamente utilizado por elas como fonte de abastecimento de gêneros alimentícios e remédios, principalmente para leishmaniose. Juntamente com tais gêneros, há um grande potencial de envio de armas e munições, do Brasil para as FARCS.

Em 2004, ocorreu uma apreensão de remédios para leishmaniose e grande quantidade de munições, que iriam para as FARCS.

No mês de abril de 2006, houve uma grande apreensão de armas e munições, quando do 4º Pelotão Especial de Fronteira do Exército Brasileiro se deparou com três colombianos, transportando armas e grande quantidade dinheiro (nacional e estrangeiro), na região próxima à localidade de Cucuí e à fronteira com a Colômbia.

Esses fatos demonstram que a região oferece um grande potencial para a existência do tráfico de armas e munições do Brasil para as FARCS e para os narcotraficantes da Colômbia.

As grandes maiorias das armas apreendidas, nos últimos anos, eram nacionais e muitas das vezes haviam sido furtadas do exército brasileiro.

Há ainda um perigo iminente, por causa da implantação de uma fábrica de fuzis AK, na Venezuela.

CARACTERÍSTICAS DA DELEARM/SR/DPF/AM

A DELEARM existe na estrutura da SR/DPF/AM, desde 2003, porém nunca foi estruturada de fato devido à carência de servidores para serem lotados. Somente com a chegada da 1ª turma de 2006 da ANP, em julho do referido ano, foi possível nomear um Delegado de Polícia Federal para a função de chefe da DELEARM, porém a estrutura e os recursos humanos e materiais é praticamente inexistente, o que torna humanamente impossível desenvolver com o devido esmero, as suas atribuições.

Existem apenas 2 servidores policiais lotados na DELEARM/SR/DPF/AM:

- um Delegado de Polícia Federal ocupando a chefia,
- um Escrivão de Polícia Federal realizando os serviços cartorários.

Não há qualquer Agente de Polícia Federal lotado na DELEARM/SR/DPF/AM.

Além dos servidores policiais, há uma auxiliar administrativa contratada terceirizada.

A DELEARM não possui estrutura física própria e funciona em 2 salas emprestadas da Corregedoria (gabinete e cartório).

Os recursos materiais resumem-se a 3 computadores (delegado, escrivão e contratada) e duas impressoras jato de tinta. Não qualquer viatura na DELEARM.

Em virtude da completa falta de estrutura da DELEARM não foi possível empreender qualquer operação policial relativa às suas atribuições (atividades policiais de prevenção, investigação e persecução a crime de tráfico ilícito de armas de fogo, explosivos,

acessórios e munições e a outros crimes correlatos de competência do DPF, a que o País se comprometeu a reprimir em decorrência de tratados e acordos internacionais, praticados por organização criminosa, que tenham repercussão interestadual, nacional ou internacional e que exijam repressão uniforme).

Foi instaurado apenas um inquérito policial, versando sobre tráfico de armas, o qual se encontra em andamento, à espera de agentes disponíveis para realização de diligências investigativas.

Além da falta de recursos humanos e materiais, a DELEARM está acumulando as atribuições da Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN, a qual só existe, de acordo com a estrutura organizacional do DPF, nas Superintendências do Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal.

Dessa forma, foram redistribuídos ao chefe da DELEARM um elevado número de inquéritos policiais redistribuídos, todos de elevada complexidade e versando sobre evasão de divisas, lavagem de dinheiro e descaminho, originados das investigações realizadas para apurar o esquema de envio ilegal de recursos ao exterior, através das contas CC5 de agências de Foz do Iguaçu/PR e através de “doleiros” que operavam o sistema do dólar cabo.

Tais procedimentos foram originados das investigações realizadas para apurar o esquema de envio ilegal de recursos ao exterior, através de “doleiros” que operavam um sistema financeiro paralelo, realizando operações de câmbio e de remessas de recursos ao exterior, sem autorização legal ou conhecimento das autoridades financeiras brasileiras, e através “laranjas” que utilizavam as contas de instituições financeiras não domiciliadas no Brasil (contas CC5) de agências de Foz do Iguaçu/PR.

A matéria tratada nesses IPLs é sobremaneira complexa e exige análise aprofundada, caso a caso, com intuito de identificar o verdadeiro destino e a real finalidade das referidas remessas ao exterior, para que seja possível identificar os crimes cometidos. Em sua grande maioria há ocorrência de crimes de evasão de divisas e lavagem de capitais, mas há também casos de subfaturamento de importações que apontam para crimes de descaminho.

Foram redistribuídos para o chefe da DELEARM 225 inquéritos policiais, versando quase que exclusivamente sobre a matéria acima descrita, os quais haviam sido instaurados entre 2003, 2004, 2005 e 2006.

Tais inquéritos demandam um estudo aprofundado sobre a matéria para poder entender o *modus operandi* desses esquemas de lavagem de capitais, evasão de divisas e descaminho e, assim, determinar a linha de investigação mais célere e eficaz para poder relatá-los e remetê-los à justiça.

Devido à complexidade da matéria tratada nesses IPLs, há necessidade de execução de várias tarefas que demandam tempo e recursos humanos, enquanto a DELEARM conta apenas com um delegado, um escrivão e uma contratada, para realização de todas as tarefas, entre as quais:

1. Análise de farta documentação proveniente de quebra de sigilos bancário e fiscal, de órgãos públicos e de instituições privadas, que incluem:

- a. Relatórios de remessas de recursos ao exterior remetidos pelo Banco Central;
 - b. Procedimentos administrativos fiscais e relatórios de evolução patrimonial encaminhados pela Receita Federal;
 - c. Relatórios analíticos de transferências eletrônicas ocorridas no exterior, obtidos através de Tratado de Mútua Cooperação em Matéria Penal com os Estados Unidos da América – MLAT, encaminhados pela DFIN e pelo INC;
 - d. Contratos de câmbio;
 - e. Declarações de importação;
 - f. Contratos sociais de empresas.
2. Oitiva de pelo menos uma pessoa em cada inquérito policial, o que resulta na oitiva de pelo menos 222 pessoas;
 3. Consulta aos sistemas do CTI verificação da nacionalidade, viagens internacionais, confirmação ou localização de endereços, entre outras informações úteis à instrução do IPL;
 4. Consulta ao sistema CPF/SERPRO para identificação de empresas relacionadas com o investigado.

Há casos, ainda, quando o investigado possui conta corrente no exterior, em que há necessidade de solicitar a documentação comprobatória através de Tratados de Mútua Cooperação em Matéria Penal – MLAT aos países onde a pessoa mantém ou manteve a conta corrente.

Para tanto, é necessária a elaboração das minutas dos pedidos de cooperação internacional, que deve ser redigido em duas línguas (português e inglês) – por sorte, o chefe da DELEARM domina a língua inglesa, e das minutas dos demais ofícios tais quais das representações por quebras de sigilos fiscais e bancários entre outras.

Tudo isso gera grande carga de serviços tanto para o delegado chefe da DELEARM, que acaba tendo que realizar sozinho todas as tarefas supracitadas, quanto para o escrivão, o qual fica dividido entre o assessoramento ao delegado na oitiva dos interrogados, a formalização do indiciamento e o cumprimento dos despachos com expedição de intimações, ofícios, memorandos, ordens de missão, classificação e juntada constante de numerosos documentos aos respectivos IPLs, atualização de dossiês e de pastas de expedientes, formar apensos, entrega de documentos, xérox etc.

Não fosse tudo isso, o chefe da DELEARM foi nomeado para compor o COMITÊ DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DPF, instituído pela Portaria nº. 537/2007-DG/DPF, que está trabalhando na elaboração do Plano Estratégico e na Atualização dos Cenários Prospectivos para o período de 2007 a 2022.

Essa atividade também de elevada complexidade demandou quase a totalidade do tempo do chefe da DELEARM e incluiu reuniões mensais em Brasília, com duração média de uma semana, desde outubro de 2006.

Além disso, a partir de outubro de 2006, o chefe da DELEARM atuou como substituto eventual do chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, realizando a formalização de 11 (onze) autos de prisão em flagrante e instrução dos inquéritos consequentes até o relatório.

Em virtude de tudo isso, tornou-se impossível a realização de operações policiais no âmbito das atribuições da DELEARM e as atividades realizadas no ano de 2007, resumiram-se à coleta de dados estatísticos sobre apreensão de armas e munições na SR/DPF/AM e em dar andamento aos 225 inquéritos redistribuídos ao chefe da DELEARM, versando sobre crimes financeiros, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, cometidos através de operações de remessa de recursos ao exterior de forma ilegal e com ocultação dos nomes dos remetentes e dos beneficiários, assim como da origem, destino e finalidade das remessas.

FATORES DE INSUCESSO

- Falta de recursos materiais e humanos, especialmente a inexistência de Agentes de Polícia Federal, lotados na DELEARM.
- Cumulação das atribuições da DELEFIN, inexistente na estrutura da SR/DPF/AM, com a concentração dos inquéritos versando sobre crimes financeiros, evasão de divisas e lavagem de dinheiro, cometidos através de operações de remessa de recursos ao exterior de forma ilegal e com ocultação dos nomes dos remetentes e dos beneficiários, assim como da origem, destino e finalidade das remessas.
- Nomeação do delegado chefe da DELEARM para compor o COMITÊ DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO DPF, instituído pela Portaria nº. 537/2007-DG/DPF, que está trabalhando na elaboração do Plano Estratégico e na Atualização dos Cenários Prospectivos para o período de 2007 a 2022.
- Atuação do delegado chefe da DELEARM como substituto eventual do chefe da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, realizando a formalização de 11 (onze) autos de prisão em flagrante e instrução dos inquéritos conseqüentes até o relatório.

RESULTADOS OBTIDOS

INQUÉRITOS VERSANDO SOBRE TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS

INQUÉRITOS INSTAURADOS	01
INQUÉRITOS RELATADOS	00
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	01

INQUÉRITOS VERSANDO SOBRE CRIMES FINANCEIROS, LAVAGEM DE CAPITAIS E EVASÃO DE DIVISAS.

INQUÉRITOS RELATADOS	37
INQUÉRITOS INSTAURADOS	19
INQUÉRITOS REDISTRIBUÍDOS	9
INQUÉRITOS EM ANDAMENTO	196

INQUÉRITOS VERSANDO SOBRE TRÁFICO DE ENTORPECENTES

INQUÉRITOS RELATADOS	11
INQUÉRITOS INSTAURADOS	11

Quantidade de armas apreendidas

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc).	CALIBRE	QUANTIDADE
Revolveres	38	07
Pistolas	380	03
Pistolas	9 mm	04
Espingarda	20	05
Espingarda	16	02
Espingarda	Não informado	04
Rifle	22	02
Rifle	44	01
Espingarda	28	01
TOTAL		29

Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação NESCIENT	AM, RR,SC e MG	Desarticular organização criminosa que atuava no tráfico internacional.	60 indiciados	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

A atuação da DRE/SR/DPF/AM teve ênfase especial na realização de operações policiais voltadas para a repressão ao crime organizado, a priorização das atividades de inteligência policial, o monitoramento de organizações criminosas e a atuação conjunta e articulada com unidades congêneres de outros Estados.

Índices

Em 2007, foram apreendidos 88 celulares, 11 veículos, 6 motores de popa, 70 cartuchos de munição calibre diversos, balanças eletrônica e de precisão, bilhetes de passagem e quantia em dinheiro de vários países. Instaurados 205 IPLs, sendo 93 flagrantes e 112 por portaria e efetuadas 93 operações rotineiras de combate ao narcotráfico.

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (KG)	213,985	234,778	1.168,965	1.722,847	1.683,168
CRACK (KG)	-	-	-	-	-
HAXIXE (KG)	-	-	410g	-	-
L.S.D. (UN)	-	-	-	-	-
LANÇA PERFUME (FR)	-	-	-	-	-
M.D.M.A. (UN) – Exctase	-	-	-	-	-
MACONHA (KG)	10,382	314g	43,617	1,925	10,600
MERLA (KG)	-	-	-	-	-
PASTA BASE (KG)	185,541	100,396	51,460	12,365	20,130
PÉS DE MACONHA (UN)	-	-	140.000	-	-
PSICOTRÓPICOS (UN)	-	-	-	-	-

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
SEMENTE DE MACONHA (KG)	-	-	-	-	-
CLORETO DE ETILA (L)	-	-	-	-	-
HEROÍNA (KG)	37,685	4,415			

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS	49
CADASTROS APROVADOS	189
LICENÇAS RENOVADAS	189
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – IMPORTAÇÃO	85
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇÃO	02
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	0
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	158 L
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	349 Kg
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	R\$131.053,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	0,00

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Crivo II	Várias localidades do interior	Comércio ilegal de combustível	Interrogatório e indiciamentos	S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

DELEGACIA DE POLICIA FEDERAL EM TABATINGA – DPF/TBA/AM

ATIVIDADES CARTORÁRIAS –

- 1. IPL´s INSTAURADOS: 202**
Portaria: 152
Flagrante: 50
- 2. TCO: 24**
- 3. IPL´s RELATADOS: 168**
- 4. INQUIRIÇÕES: 320**
Interrogatórios: 49
Depoimentos: 111
Declarações: 160
- 5. PRISÕES EFETUADAS: 112**
Flagrante: 101
Preventiva: 11
- 6. MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO CUMPRIDOS: 12**
- 7. MANDADOS DE PRISÃO CUMPRIDOS: 9**
- 8. PERÍCIAS SOLICITADAS: 75**
- 9. PRECATÓRIAS CUMPRIDAS: 09**
- 10. APREENSÕES:**
Cocaína: 1.021.000 gramas (INCINERADAS: 997.000 gramas)
Embarcações: 06
Peixe Pirarucu: 200 kg
Gasolina: 10.000 litros

11. OFÍCIOS EXPEDIDOS: 2.677

ATIVIDADES DPMAF

1. Passaportes: esta descentralizada não emite passaportes.
2. Multas aplicadas: R\$ 92.775,58
3. Multas arrecadadas: R\$ 39.546,26
4. Notificações: 34
5. Taxas de embarcação arrecadadas: R\$ 81.403,65
6. Entrada de estrangeiros: 9.245
7. Saída de estrangeiros: 8.230
8. Embarcações vistoriadas: 432

ATIVIDADES DE NÚCLEOS DE OPERAÇÕES

O Núcleo de Operações da Delegacia de Polícia Federal em Tabatinga realiza várias atividades decorrentes de denúncias apresentadas, inquéritos instaurados ou investigações de crimes relacionados à competência da Polícia Federal.

Dentre as missões rotineiras desenvolvidas pelos agentes, destacam-se:

- Atendimento a estrangeiros que transitam pela região, controlando a entrada e saída bem como realizando a verificação de possíveis irregularidades, realizando quando necessário a deportação para os países vizinhos;
- Realização de buscas em residências e embarcações através de mandados judiciais visando encontrar objetos de crimes e ilícitos penais;
- Realização de diligências visando à confirmação de informações relativa a estrangeiros quando da solicitação de pedidos de permanência;
- Condução e transferência de custodiados para as cadeias da região;
- Patrulhamento dos rios próximos e embarcações;
- Fiscalização e policiamento no Aeroporto Internacional de Tabatinga.

Além das atividades rotineiras da delegacia, presta também apoio às atividades da Operação COBRA na região, participando ativamente desta.

1. Missões:

Foram realizadas no ano de 2007 várias missões no âmbito desta Delegacia, bem como em apoio a várias atividades da Operação COBRA e outras instituições, em um total de 52 missões, sendo:

- Operação COBRA: 05
- Tabatinga: 24
- Apoio a SR-AM: 02
- Municípios ligados a Tabatinga: 07
- Apoio a FUNAI: 12
- Apoio ao IBAMA: 00
- Apoio ao Ministério do Trabalho: 00
- Apoio à Receita Federal: 02

ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS

Fatores Negativos: Carência de Viaturas, Combustível, Embarcações, Inexistência de Pessoal do Quadro Administrativos e Contratados. Falta de investimento na manutenção das instalações prediais, ocasionando a quebra do gerador de energia, goteira nos telhados, reformas inacabadas, etc.

Fatores Positivos: Apesar das deficiências relatadas, a DPF/TBT/AM apresentou números significativos, desempenhando fielmente as competências institucionais do Departamento.

AÇÃO 1F65 –IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação R\$ 348.735,67

Tipo	PROJETO
Finalidade	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.
Descrição	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp.
Unidades executoras	Informação não disponível
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	NEOF e CPL/AM
Coordenador nacional da ação	JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Ana Ruthe Martins de Araújo e Alice Areque
---	--

Esta Ação foi desenvolvida no Amazonas pela Comissão de Licitação (CPL), mediante a adesão ao Registro de Preços e pelo Núcleo de execução Orçamentária e Financeira (NEOF) que realizou os pagamentos referentes à adesão e às diárias dos Servidores convocados para atuarem durante o evento na cidade do Rio de Janeiro.

Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente do programa	Informação não disponível
Gerente executivo	Informação não disponível
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não possui
Público-alvo (beneficiários)	Governo

AÇÃO 2000 –ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 6.500.345,70

Tipo	ATIVIDADE
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

<p>Descrição</p>	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalísticas, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalísticas, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalísticas, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frotas veiculares, próprias ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<p>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</p>	<p>Departamento de Polícia Federal</p>
<p>Unidades executoras</p>	<p>SR/AM UG 200383</p>
<p>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</p>	<p>SELOG</p>
<p>Coordenador nacional da ação</p>	<p>Não há coordenador vinculado</p>
<p>Responsável pela execução da ação no nível local</p>	<p>Jacira Araújo do Nascimento</p>

O SELOG – Setor de Administração e Logística Policial, durante o exercício de 2007 buscou sempre atender as necessidades para dar suporte de qualidade a atividade fim da SR Amazonas.

Das metas atingidas, várias foram deste Setor que manteve os serviços de energia, telefone, conservação e limpeza, pagamento de diárias e fornecedores e etc.

Como tem acontecido desde o ano de 2006, os recursos destinados a reformas, ampliações, construções e materiais permanentes foram escassos, o que dificultou e muito a situação dos setores e delegacias. Outro ponto considerado negativo é a baixa velocidade da Internet, e inexistência de rede lógica, principalmente por que prestamos à população serviços em que a Internet é fundamental, como por exemplo o passaporte e o programa de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GESP), sob a responsabilidade da DELEMIG e DELESP, respectivamente.

Os contratos de acesso a Internet são efetuados para todo o país em Brasília pelo órgão central . Lá também é que são executados e aprovados todos os projetos de ampliações, reformas e principalmente de construção para todas as Unidades Gestoras. Acontece que no setor específico DEOB (Divisão de Obras) ligado a DLOG (Diretoria de Logística Policial) que é diretamente subordinada a Direção Geral , a carência de servidores também é grande e o resultado é que um projeto de ampliação , reforma ou construção pode demorar 3 a 5 anos para sair do papel ou ser licitado.

Atualmente, o prédio que abriga esta Unidade, construído a mais de 25 anos, mesmo com efetivo reduzido não oferece condições satisfatórias ao bom desenvolvimento dos trabalhos. Não há mais auditório, restaurante, ou qualquer espaço disponível. Tudo foi transformado em salas. Também não existe local específico para guarda de materiais de limpeza e conservação, o almoxarifado encontra-se num local adaptado, os banheiros da entrada principal que serve ao público, em péssimas condições de uso. O Núcleo de Custódia onde vivem aproximadamente 25 presos, encontra-se em condições insalubres com risco de contração e propagação de doenças segundo Laudo da Vigilância Sanitária. A única delegacia descentralizada no estado está localizada a mais de 1.100Km da sede da Superintendência, na cidade de Tabatinga. Suas instalações também necessitam de reformas e melhora da estrutura em geral.

Mas, apesar das dificuldades apontadas e da carência de recursos humanos, foram realizados dezenove contratos e algumas adesões a registro de preços , foram efetuadas uma pequena reforma para adequação da casa de gases especiais e aquisição de materiais para o Setor de Criminalística. Também foi finalizada e recebida lancha de grande porte que já está sendo utilizada em operações policiais.

Para o ano de 2008 temos como meta, a formalização de contrato de manutenção de frota náutica, contratação de estagiários, reforma das instalações elétricas e construção da rede lógica. (projeto desde 2006)

SETORES ESPECIAIS

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Amazonas diferencia-se das outras Superintendências face sua localização geográfica e os problemas peculiares existentes, razão pela qual é dotada de uma estrutura única para fazer

frente ao crime organizado presentes na capital e interior do Estado e área fronteiriça (Colômbia/Peru/Venezuela).

Diante de tal situação passamos a expor a seguir as principais atividades desenvolvidas pelo CIAPA e a Coordenação de Operações Especiais de Fronteiras – COESF.

CENTRO DE INTEGRAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM POLÍCIA AMBIENTAL

- CIAPA

O Centro de Integração e Aperfeiçoamento em Polícia Ambiental, encontra-se situado à margem esquerda do Rio Cueiras, possuindo estrutura própria tais como: alojamentos, salas de aula, pista de reação, heliporto, refeitório, enfermaria, estande de tiro, porto, oficinas de instrução, etc, fazendo parte inclusive da estrutura organizacional da Academia Nacional de Polícia – ANP como extensão, cujo objetivo é o treinamento e a capacitação de policiais federais para um enfrentamento do crime organizado, familiarizando o policial federal com as peculiaridades da região amazônica, bem como, instruções com relação aos crimes ambientais.

COORDENAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRAS – COESF

No ano de 2003 foi criada a Coordenação de Operações Especiais de Fronteiras – COESF, através da Portaria Ministerial nº 1.300 de 04 de setembro de 2003, ligada diretamente à Diretoria Executiva – DIREX/DPF, cujas atribuições constam no artigo 23 da referida portaria.

Atualmente a chefia da **COESF** é exercida pelo DPF Mauro Sposito, que não tem medido esforços para levar adiante todas as suas atribuições.

Para se ter uma idéia da importância da **COESF** para a Região Norte necessário se faz retroagir no tempo, especificamente ao ano de 1999 quando o DPF Mauro Sposito à época chefiando a SR/DPF/AM criou a **Unidade de Projetos Especiais (UPE)**, com o intuito de padronizar a ação policial em toda Região Amazônica, o planejamento estratégico e tático de operações que envolvessem mais de uma unidade federativa, bem como

ações coordenadas e simultâneas com organismos policias internacionais, especialmente de países andinos o que resultou como consequência na hoje nacional e internacionalmente conhecida “**OPERAÇÃO COBRA**”, que de forma permanente além de inibir a ação das organizações criminosas, assegura a presença do Poder Público, através do Departamento de Polícia Federal em regiões jamais imaginadas nas áreas da tríplice fronteira brasileira com o Peru, Colômbia e Venezuela, além do interior da Região Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Superintendência Regional do Amazonas durante o ano de 2007, cumpriu seu papel constitucional apesar dos recursos humanos e material não estarem a altura do tamanho das dificuldades no desempenho de suas obrigações na região.

Tais dificuldades e carência material não foram desculpas para que cada servidor (terceirizado ou não) procurasse exercer com empenho suas funções rotineiras, cientes de sua responsabilidade e do que a sociedade espera de nós. Esta tem sido a marca desta Unidade e do Departamento de Polícia Federal como um todo.

Se a demanda exigiu e exige policiais nas fronteiras, como ex. Cucuí, Melo Franco, Vila Bitencourt e Tabatinga. Lá estivemos e estamos nós, como também nos fizemos presente em várias outras localidades do interior, seja no patrulhamento dos rios, ou auxiliando outros órgãos como o IBAMA ou a Justiça e Ministério Público Federal.

Os obstáculos foram superados. As mais de duas toneladas de drogas apreendidas e, 15.000 passaportes expedidos, além das várias operações desencadeadas, laudos periciais executados e vistorias bancárias não deixam dúvidas quanto a este fato. E o esforço conjunto de todo seu pessoal, seja da atividade meio, fim ou contratados, foi o fator decisivo desta superação.

JOSÉ RENAN ROCHA RIBEIRO

Superintendente Regional